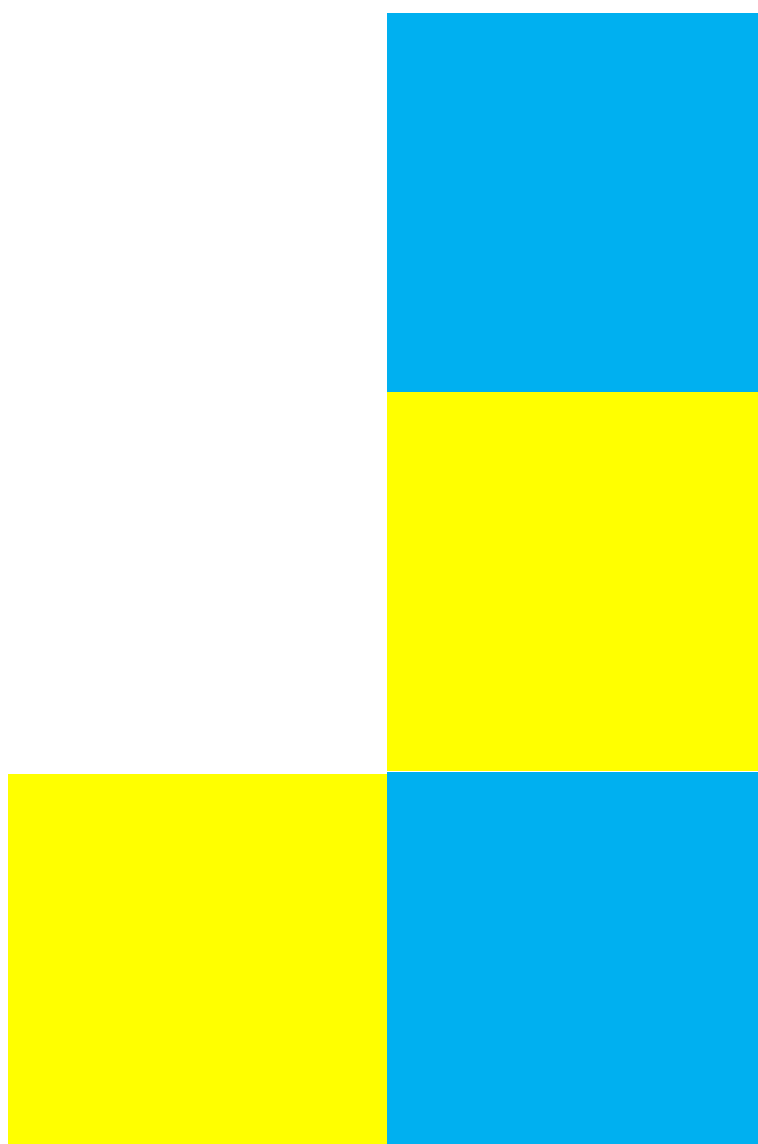


A ideologia italiana no Brasil - uma aproximação

Bruno Cava

*Pesquisador da Rede Universidade Nômade. Ensaísta e professor de filosofia.
Leciono cursos livres presenciais e no canal Horazul (Youtube). Autor de "A
multidão foi ao deserto" (2013) e outros livros.*



O desafio não é estabelecer ainda mais uma doutrina da luta, mas compreender o que seja lutar. Não precisamos de mais uma pedagogia do oprimido ou do militante, como um manual do que fazer ou falar. Compartilhamos um problema comum, para além dos historicismos ou do lugar das ideias, e tal problema consiste em religar-se com os movimentos de transformação. Porém, sem compreender o que sejam os movimentos nas atuais condições, corremos o risco de estacionar no limbo feliz da tautologia. Certo, pesquisamos o sujeito histórico, mas no momento em que passamos a simplesmente nos identificar com ele, estaremos pesquisando a nós próprios. Um círculo vicioso cujo único resultado será a compensação simbólica diante de nossa própria fraqueza real. O nome dessa replicação interminável de inutilidades autorreferentes frequentemente assume o nome de Esquerda. Diz-se ser de esquerda como um valor em si, ao qual passamos a nos identificar: militantes, intelectuais, artistas, todos passam a se compreender assim como os próprios sujeitos da transformação. Quando isto se mostra um narcisismo sem efeitos, só resta lamentar que os outros, infelizmente não são de Esquerda como nós. Eles, os outros, aqueles que nos impedem de alcançar a justa vitória sobre o complexo de fatos em que estamos enredados.

No Brasil, as novas ideias italianas adquiriram uma cor local decisivamente na virada da década de 1990 para a de 2000, quando se misturaram com vários âmbitos: academia, produção cultural, militância. O período corresponde ao declínio da primazia intelectual exercida pelo que Paulo Arantes, em livro recém-publicado, definiu em termos rigorosos como a *Ideologia Francesa* (“Formação e desconstrução: uma visita ao Museu da Ideologia Francesa”, 2021). Saem dos holofotes as últimas novidades parisienses filtradas pelos departamentos de literatura e humanidades críticas; ocupam o seu lugar o entusiasmo da recepção das obras de Antonio Negri (explosivamente, a partir de “Império”, com Michael Hardt, cuja edição brasileira saiu em 2001) e Giorgio Agamben (sobretudo com “Homo Sacer; o poder soberano e a vida nua”, traduzido ao português em 2002). Os dois novos produtos italianos chegam já ao Brasil com legendas em francês, dada as presenças explícitas da biopolítica foucaultiana, do diagnóstico deleuziano em seu post-scriptum sobre as sociedades de controle e, apenas no caso de Negri, da análise



institucional de coletivos por Felix Guattari. Seria um *revival*? Uma traição? Qual o estatuto do pensamento italiano nas duas décadas seguintes, período agitadíssimo da história das lutas no país?

Neste ensaio, pretendo fazer um sobrevoo sobre o aterramento das ideias italianas no solo nacional. Por meio dessa travessia do Atlântico, que além do mais implica uma mudança de hemisfério, se pretende fazer mais do que uma contextualização, como se fosse história das ideias. Mas compreender de que maneira o *spiazzamento* das ideias fora do lugar também manifesta, pelo deságio mesmo, conteúdos pouco percebidos. Se, como pontuou Roberto Esposito (*German Philosophy, French Theory, Italian Thought*, 2014), a teoria crítica frankfurtiana brota do programa de um instituto social, as ideias italianas germinaram na terra revolvida das renhidas lutas operaístas e autonomistas dos anos 1960 e 1970, no Longo 68 italiano. Não se trata de dar um veredito sobre se tal revezamento das ideias, através de tempos e espaços tão díspares em relação a seu lugar de nascença, permite que sejam reduzidas a *Italian Theory*, a *nuovo pensiero debole* ou, como no título deste artigo, à Ideologia Italiana. Todas essas denominações têm seu momento de verdade, até certo ponto. Nesse propósito, revisito os ricos elementos de debate compilados por Elia Zaru (no último capítulo de “La post-modernità di *Empire*, Antonio Negri e Michael Hardt nel dibattito internazionale (2000-2018)”, 2020 – recentemente resenhado por Graziano Mazzocchini), que reacende a repisada controvérsia sobre a existência ou não da *Italian Theory*, assim como a recente recapitulação de Gigi Roggero do percurso operaísta (“L’operaismo politico italiano; genealogia, storia, método”, 2019).

Contudo, antes de enveredar sobre a Ideologia Italiana, vale a pena realizar um excursus prévio sobre as contendidas ao redor das operações da Ideologia Francesa no Brasil.

A ideologia francesa somente desembarca nos portos brasileiros depois de um périplo pelos campi norte-americanos (“French Theory: How Foucault, Derrida, Deleuze, & Co. transformed the intellectual life of the United States”, François Cusset, 2008). Em vez da recepção da letra original, o efetivamente importado já se apresenta como *French*

Theory, ou seja, a filtragem acadêmica de Derrida, Foucault e Kristeva, depois de atravessar os combates culturalistas típicos da Era Reagan. Se, na França, as ideias gestadas pela Geração 68 contrapunham-se frontalmente à via partidária, sindical e eurocomunista da *première gauche*, nos Estados Unidos, desde o princípio, a política radical dos movimentos inspirados pela *french theory* estavam associadas às correntes internas do Partido Democrata, ainda que fossem as tendências mais à esquerda. Na primeira recepção americana, a crítica imanente ao capitalismo que ainda se encontra em livros como o *Anti-Édipo*, no qual os devires minoritários precipitariam o colapso da máquina capitalista, cede o passo para a proliferação de demandas por reconhecimento cultural, de identidade subalterna ou pós-coloniais. É como se o lema do *gauchismo*, contra todas as formas de opressão (as minorias, os micropoderes) – e não contra uma única fundamental (de Classe e anti-imperialista), impingida às velhas esquerdas – tivesse se traduzido numa aspiração por multiculturalismo cosmopolita, no que entrava em ressonância com a vanguarda do próprio sistema capitalista nos últimos anos da Guerra Fria.

Enquanto isso, na França, o dito pós-estruturalismo era devassado pelo revisionismo e, com o empurrão nos meios de comunicação de massa, passava a prosperar o Pensamento 80. Os ícones intelectuais do ciclo geracional anterior eram sistematicamente escanteados pelas mídias, em proveito do discurso neo-humanista antitotalitário dos *nouveaux philosophes*. A ascensão dos novos filósofos na França antecede em poucos anos a chegada ao poder da Primeira Esquerda (e do próprio PCF), que num primeiro momento reuniu-se em aliança tática ao governo François Mitterrand. De um lado e do outro, em meio a arrependidos e recalçados, Maio vai se convertendo num retrato na parede que aos poucos amarela. Ainda que filósofos na contracorrente, como Deleuze, preferiram no fim da vida provocar uns e outros reivindicando intempestivamente o Acontecimento 68 (“Mai 68 n'a pas eu lieu”, com Felix Guattari, de 1984) e até mesmo o marxismo! Com efeito, os ventos viraram de tal modo na década de 1980 que, dos dois lados do Reno – quer com o rechaço do filão anarcodesejante por um Bernard-Henri Lévy, quer com a sóbria teoria da razão comunicativa de Habermas – tentação nietzschiana da filosofia francesa é rechaçada como irracionalista, considerada



politicamente imprestável por falta de clareza sobre as consequências práticas e pelos flancos que expunha às direitas anti-iluministas. O realinhamento ideológico da intelectualidade francesa e alemã a essa altura é profundo e irreversível. Contudo, a hora do crepúsculo na Europa Central coincide com a aurora da teoria francesa recepcionada na América, que é imediatamente instrumentalizada pelas *culture wars* entre identitários e neoconservadores, numa atmosfera polarizada que, hoje, não nos parece tão longínqua.

Foi este remake nos Estados Unidos da filosofia francesa, depurada de vez das barricadas, ocupações e molotovs das ruas do Maio francês, que acabou, em terceiro ato, acolhida pela crítica literária brasileira de viés libertário e antimarxista. Mais precisamente, aquelas ideias foram recondimentadas no caldeirão do movimento cultural pós-tropicalista. A desconstrução derrideana é aproveitada em sua dimensão metafísica contra o logocentrismo da Metafísica da Presença que marca o ocidente, o que aqui vem costurado com o *concierto sud americano* do Barroco. Elucubração antimetafísica e engajamento cultural antropofágico se conjugam para uma nova investida sobre marxistas e dialéticos, por exemplo, no *chef d'oeuvre* assinado por Haroldo de Campos: “O sequestro do barroco: o caso de Gregório de Matos” (1989). A *French Theory* nos revelava a essência divina & maravilhosa. Descobríamo-nos finalmente a inesperada vanguarda do mundo. Já teríamos sido, e desde pelo menos os ameríndios, sumamente pós-modernos, tal como Derrida ou Deleuze (ou Latour) concebiam. O Brasil seria, afinal de contas, a “Pátria da Desconstrução”. Assimilada a jato por neoconcretistas e semioticistas da *scène culturelle* brasileira – sigo sempre com Arantes até aqui – a Ideologia Francesa no Brasil assumiu uma função equiparada àquela, bem mais antiga, da Ideologia Alemã – na acepção que, no Oitocentos, lhe conferiram Marx e Engels. Os coautores do Manifesto Comunista não dirigiam libelos retóricos contra o pensamento contrarrevolucionário simpático às estruturas sociais do Antigo Regime, que à época buscava sobreviver às revoluções burguesas (ou adaptar-se a elas). Na verdade, Marx e Engels preenchiavam centenas de páginas em “A Ideologia Alemã” e “A Sagrada Família” contra as novíssimas ideias, as radicais, progressistas, da jovem esquerda idealista da década de 1840.

Marx e Engels defenestravam ideias, daí censurando-as como ideologia, que estavam à frente de seu tempo histórico no lugar em que apareciam. Eram ideias a favor da modernização do Estado e da Sociedade, esgrimidas contra a pertinácia da estrutura oligárquica, em castas, dos estados a leste do Reno, prussianos ou austríacos. Eram tachados de ideologia, sim, e de um tipo específico: “ideologia complementar” (Arantes). Quer dizer, ao sublimar as relações materiais de classe e propriedade na forma da crítica pelo estado moderno laico e pelos direitos do cidadão, a jovem esquerda alemã desvia a atenção dos movimentos e consumia suas energias utópicas. O prodigioso jogo das palavras rapidamente se esgotava em jargão desdentado de crítica lírica, o que não podia senão culminar num igualmente superlativo conformismo (porque estridentíssimo e engenhosíssimo). Ao contrário do que seriam as ideias comunistas – estas sim, que jamais podem ser confundidas com ideologia – que necessariamente ou estão implicadas num movimento real de transformação ou contribuem para agrupá-lo. Em síntese, ideias comunistas não são ideologia porque são ideias de combate, as quais, por mais assistemáticas, inorgânicas e sem seriação contínua possam ser, não se deixam pacificar na paisagem do capitalismo existente. O essencial da ideologia não consiste, em Marx e Engels, no conteúdo malicioso ou na falsa consciência incitada, com o fito de iludir as massas sobre a real condição de sua miséria. A ideologia alemã contém, na verdade, a consciência verdadeira sobre um processo de desagregação social que, não obstante, vem respondido pela promessa de uma “pseudoalternativa de subversão global” (Arantes).

A ideologia era *alemã* e não uma ideologia qualquer. Eis aí o acréscimo conceitual dos internacionalistas Marx e Engels, que pela primeira vez atribuem a cidadania nacional a um arcabouço de ideias obliquamente conservadoras. Os novos ideólogos (Feuerbach, Bauer, Stirner), no interior de sua agressividade crítica ao Estado Prussiano e ao Cristianismo, estariam realizando a apologia indireta do avanço do capitalismo às primícias da Segunda Revolução Industrial. A operação não era sem efeitos práticos. Tal deságio constitutivo da ideologia alemã, em relação à marcha do capitalismo, revelava, pela via transversa, o caráter retardatário do desenvolvimento naquele país. Atrás dos centros que já haviam passado pela modernização social e política, como a França e a



Inglaterra, os intelectuais alemães ressentiam-se de não haver atingido o mesmo grau de exploração do trabalho, ainda que fosse um trabalho livre/grátis (*free*, na dupla acepção da palavra em inglês). Sem uma revolução para chamar de sua, a Alemanha seguia eminentemente agrária, com baixa industrialização, sem um estado laico ou elites esclarecidas. O descompasso induzia os ideólogos a mimetizar a norma dos países mais avançados na forma de uma crítica à miséria local que no final remava a favor da corrente do desenvolvimento capitalista. É por isso que a miséria *propriamente* alemã (o atraso relativo) dá à luz uma ideologia *propriamente* alemã (complementar).

Arantes resgata a chave de leitura marxista para, mais de cem anos depois em relação à obra de Marx e Engels, falar em *Ideologia Francesa*. Mas a semelhança estrutural é completa: assim como a ideologia alemã, a ideologia francesa funciona como o “diagrama variável de uma pseudoalternativa de subversão global”. No fundo, não passa de uma complementação que, ao criticar todas as formas de opressão, associa-se bem ao projeto multicultural/multinacional da globalização em tempos de neoliberalismo. Não à toa, a ideologia francesa seja o anteparo para a reaproximação da atmosfera gauchista do pós-68 com as correntes mais à esquerda do Partido Democrata, no ponto mais avançado do desenvolvimento capitalista. Noutras palavras, ideias portadoras da certidão de nascimento nos tumultos da França de 1968 são academicamente carimbadas pela imigração americana para, enfim, desembarcar ao Brasil da redemocratização (1985-). Embora agonizantes no lugar natal, onde são substituídas pelos novos filósofos, encontram no Brasil uma câmara privilegiada de decantação. A gramática contra o Logos Ocidental, a Metafísica do Sujeito, o Macho Branco Majoritário, que seriam tarefas preparatórias para a marcha da revolução (lógica? estética?), se conciliam bem com o clima de *détente* que se seguiu à queda dos muros do socialismo. Porém, assim como o radicalismo da ideologia alemã é proporcional à sua inutilidade crítica, a ideologia francesa no Brasil é tão mais megalomaniaca em seus alvos (o Logos, o Patriarcado, a Moral Cristã) quanto menos afiada para cortar a realidade de neoliberalização generalizada do tecido social. Nesse sentido, a ideologia complementar serviu para

favorecer a corrente de desagregação subjetiva e desbaratamento dos movimentos, a partir do período do governo Collor (1989-92).

E essa ideologia é propriamente *francesa*, visto que não só suplementa, ao seu modo domingueiro, a ideologia do multiculturalismo cosmopolita (essa sim, que à época se consolidava hegemônica); como também traz na barriga, depois de uma temporada pelos campi americanos, a domesticação pós-sessentista das energias transformadoras outrora desencadeadas. Ao ser reimportada no Brasil, a ideologia francesa termina por revelar duplamente o seu oco: o intelectual-artista, inebriado pelas promessas de experiências-limite, refugia-se em êxtases e calafrios *in vitro*, ao passo que a Insurreição por vir passa a ser planejada nos comitês de redação do mercado editorial *radical chic*. Com isso, o fundo falso das ideias parisienses se reflete na miséria da vida intelectual no Brasil e por ela é refletido, exacerbando o duplo desligamento em relação às lutas^[1].

Em meados do século XIX, nos tempos da “Ideologia Alemã”, a via especial prussiana para a reinserção na marcha do capitalismo industrializado produzia como contrafeito ideológico um idealismo vanguardista de cor própria ou local (os jovens hegelianos de esquerda). Já a *Sonderweg* de segunda mão, em sua coloração verde-amarela, conduzida nos anos de neoliberalização entre os governos concatenados de Collor, FHC ou Lula – período de aproximadamente 20 anos em que o estado-nação buscou ele próprio uma via própria de inscrição nos fluxos da globalização multicultural – também vinha ostentar a sua ideologia complementar nacional, com o usual leque de radicalismos sem lutas. O fato chamativo de a bem aclimatada ideologia francesa no Brasil anunciar rotundas reviravoltas do mundo ocidental não é capaz de esconder que, ao fim e ao cabo, remava a favor da corrente, isto é, no sentido do mercado de novo tipo.

A publicação de *Império* no Brasil, editado pela Record em 2001, foi uma espécie de supernova que expandiu em todas as direções, espoucando pontos de infiltração em diferentes departamentos universitários – comunicação, sociologia do trabalho, teoria dos movimentos sociais, direito constitucional, análises da globalização – como também



em coletivos ligados às novas mídias, à produção cultural e militâncias tenuamente aglutinadas pelos primeiros Fóruns Social Mundial. Num primeiro momento, a recepção se disseminou entre movimentos inspirados pelo ciclo no-global, através da Indymedia e das redes de blogues inspirada pela experiência neozapatista em Chiapas. Toda uma constelação de coletivos aglutinados pelo slogan de “outro mundo possível” encontrava na abrangência da imaginação de Império o anúncio da boa nova tanto esperada – ou pelo menos desde as mais recentes ressacas marxistas e da sensação ambígua, agridoce, provocada nas esquerdas brasileiras não petistas quando da primeira vitória eleitoral de Lula à presidência, em 2002.

No ápice da recepção bem sucedida do negrianismo à brasileira – decerto catalisada e seriada pelo polo difusor da Universidade Nômade Brasil (Revista Global, Lugar Comum, eventos, cursos, textos coletivos, o site uninomade.net, vide “Quando a trama da terra treme”, texto coletivo da UniNômade, 2016) – os atentados de 11 de setembro de 2001 e a subsequente deflagração da Guerra ao Terror pareciam contradizer cabalmente as teses mais ousadas de *Império* sobre a globalização. Nos anos seguintes, enquanto os movimentos da fase antiglobalização se reagrupavam sob a lógica de protesto pacifista, as invasões inestancáveis do Iraque e do Afeganistão arrefeciam o fervor analítico sobre as potencialidades constituintes das novíssimas lutas. No lugar certo e na hora certa, a publicação da tradução de “Homo Sacer”, em 2002, aproveitou esse impulso de contrapé provocado pelo desenrolar dos eventos depois do 11/9 e prolongou-lhe o leitmotiv. Quando, em 2005, o segundo livro da trilogia negriana “Multidão: guerra e democracia na era do império” chegou às livrarias brasileiras, a vida intelectual e militante no país já se encontrava repleta das ideias italianas em seus dois antípodas, entre o entusiasmo pela nova era dos movimentos e a renitente melancolia diante do avanço inexorável dos controlatos moleculares.

A assimilação relâmpago, quiçá rápida demais, das novas ideias italianas contrasta com a lenta sedimentação de outro Antonio, que conquistou fortuna crítica no debate marxista brasileiro. Com obra traduzida no final dos anos 1960 e introduzida por diversos epígonos, o nome Gramsci se tornou um dos principais intercessores para as

digladiações sobre os rumos da transformação social. Tais discussões foram travadas por meio de publicações que proliferaram durante o capítulo final das lutas na ditadura, quando o regime fazia água por todos os lados em meio a greves massivas e remobilização social. O marxista sardo aqui foi reinterpretado em vários sentidos, por vezes mutuamente excludentes, mas de qualquer modo as ideias se agruparam na formação dos novos movimentos sociais, na virada para os anos 1980, e na do próprio Partido dos Trabalhadores, com bem mais incidência na intelligentsia do que, digamos, Althusser, Lukács ou a Escola de Frankfurt.

O gramscismo tornava-se uma espécie de linguagem corrente para as discussões da conjugação de socialismo e democracia, e para a questão de uma sociedade em disputa. Por isso, Gramsci era invocado tanto por grupelhos de marxismo heterodoxo, quanto pelo mais deslavado realismo político da corrente majoritária, eternamente constrangida pelas correlações de força. A referência estratégica a Gramsci emblematicava a preocupação com a construção paulatina, cuidadosa, dos mecanismos tácitos ou implícitos de exercício do poder numa realidade social tão desintegrada e violenta, como também viria a se tornar o fiador na teoria da necessidade de refundar o partido e reatar com suas mutantes bases sociais. A onipresença do nome do marxista sardo ao longo de décadas nas produções intelectuais individuais ou coletivas, esotéricas ou exotéricas, no âmbito do Partido dos Trabalhadores testemunha o sóbrio esforço de encarar a realidade entrincheirada das classes dominantes no Brasil, cujos tentáculos distribuem-se pelo corpo da população segundo uma miríade de institutos e dispositivos de exercício do poder.

O contraste da lenta sedimentação do gramscismo ao longo dos anos formativos do PT e o fulminante desembarque das novas ideias italianas, que aliás chegavam com legendas em francês e inglês, explica em parte a pouca permeabilidade que Negri e Agamben tiveram nos debates dos núcleos duros da intelectualidade petista. Com o início do governo do PT, o debate se circunscrevia à tensão entre o drama das correlações de força e a necessidade de refundar o partido, no que Gramsci continuava comparecendo como referência central para ambos os polos do debate interno. A apreensão praticamente



sem mediações, praticamente cinestésica, de Negri e Agamben no cenário brasileiro do começo dos anos 2000 era rechaçada por inadequada diante das complexas tessituras sociais e intrincadas temporalidades da periferia do capitalismo. A ponto de conceitos como “multidão” ou “estado de exceção” serem tratados como uma espécie de pensamento mágico, *passe-partout*, que arrogantemente pretendia chegar ao debate fazendo tábua rasa do passado.

O deslocamento do lugar das ideias produziu outro efeito importante. As ideias negrianas se nutriram das lutas operaístas e autonomistas das décadas de 1960 e 70, quando não havia nenhuma ambiguidade na ruptura com o Partido Comunista Italiano. São ideias de combate contra o Compromisso Histórico do qual participava o PCI com seus aliados da centro-direita católica. Sobretudo com Palmiro Togliatti, Gramsci era apropriado pelo PCI como signo da necessidade de construção socialista desde o operariado enraizado. Daí a invocação do “operário social” negriano, para contrapor-se ao país-fábrica regido pelos dirigentes do eurocomunismo. Contudo, no caso brasileiro, o PT já havia surgido na contramão da fábrica. Desde a Oposição Operária e das greves do ABC de 1977, as lutas que estão na nascente do PT foram travadas contra a fábrica e o macacão. Se, na Itália, o boom econômico do segundo pós-guerra era visto como tendência para a construção de hegemonia do PCI, na medida da proletarização organizada da massa, no Brasil o PT emergiu justamente no poente do Milagre Econômico, em meio à crise da dívida sul-americana de 1982, quando o ensaio de desenvolvimento fordista já se encontrava abortado. Ao serem postas no denso debate do marxismo brasileiro, as ideias italianas em parte pareciam redundantes ou mesmo ultrapassadas, como se à altura da eleição de Lula o trem da história já estivesse muitas estações à frente.

Em “Quando novos protagonistas entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)” (1988), Eder Sader cartografa o êxodo dos migrantes do campo à cidade e do Nordeste ao Sudeste do Brasil. O marxista heterodoxo cartografava o ciclo do operário social (embora não o chamasse assim) que, no Brasil, acontecia diretamente, sem passar pela intermediação do operário massa da indústria

taylorista. Sem um centro de organização na forma de um sindicato fabril, o operário social era migrante, organizava-se espontaneamente em mutirões de autoconstrução de moradia popular, em grupos de partilha de experiência de mulheres, em coletivos ad hoc comunitários voltados a viabilizar o acesso da população à saúde. Na *inchiesta* implicada de Eder, é revelada a emergência da autonomia do social que, na década de 1980, acompanhava os anos formativos do PT e se punha em movimento para além dos lugares organizativos mais em voga (como os novos movimentos sociais). A conexão virtuosa das autonomias em movimento com o partido de novo tipo ajudou a empurrar o PT ao seu episódio institucional mais profícuo, em 1989, com a ascensão eleitoral de lideranças do partido aos governos das metrópoles de São Paulo e Porto Alegre. Em tais experimentos de práxis constituinte, as lutas e instituições se engrenaram num circuito em que se formulavam políticas municipalistas tais como o orçamento participativo, o passe livre no transporte coletivo e o primeiro projeto de renda básica cidadã.

Na virada dos anos 1990, veio o vagalhão neoliberal e o relativo sucesso macroeconômico do governo FHC em realizar o *aggiornamento* do parque produtivo nacional aos fluxos da globalização neoliberal. A política da social-democracia brasileira, inspirada pela Terceira Via de Tony Blair, visava a atender, no umbral do possível, aos imperativos do controle da inflação, da austeridade fiscal, da desestatização dos ativos públicos e de uma (ainda incipiente) abertura comercial. Tal êxito macroeconômico, sobretudo com o Plano Real, assegurou a eleição do ex-sociólogo marxista da USP duas vezes no primeiro turno. As sucessivas derrotas eleitorais de Lula nas eleições presidenciais, em 1989, 1994 e 1998, bem como a burocratização em profundidade, *all the way down*, de toda a linha organizativa associada ao partido (fenômeno de desvitalização que drenou desde os mamutes MST e CUT até os menores grupos estudantis, identitários ou localistas, todos igualmente rotinizados na estrutura representativa), levaram ao progressivo desligamento da vida partidária em relação à cultura viva dos movimentos. Foi assumida francamente, por assim dizer, a versão da “hegemonia” gramsciana pela lógica eleitoral estrita. Desse período, ainda na década de 1990, começam a pipocar os rachas internos à jovem galáxia petista, ao passo que as correntes minoritárias já iniciam



a defesa maquiaveliana de um retorno aos princípios. Dessas contracorrentes em relação ao campo majoritário, sempre no interior das deliberações partidárias, saem as convergências propositivas do que virão a ser os três primeiros Fóruns Sociais Mundiais (FSM), sediados não por acaso em Porto Alegre, em 2001, 2002 e 2003.

O encontro entre o velho e o novo Antonio se dá em meio aos FSM na reunião ampla por uma alternativa globalista à hegemonia da globalização neoliberal, com a necessidade de criar novas mídias contra hegemônicas e “disputar a sociedade”. A ressonância ocorre entre as correntes minoritárias marxistas atreladas ao projeto de refundação do partido e a gramática dos movimentos alterglobalização. Nesse sentido, as ideias italianas são mais transacionáveis com os reformadores do PT do que outros autores caros ao movimento no global, como John Holloway ou David Graeber, na medida em que apostam na relação virtuosa entre movimentos e governos, na criação de institucionalidades novas e mesmo num “partido-movimento” – expressão chave que cai como uma luva nas propostas de retorno aos princípios do único partido de massas da história do Brasil.

Já as ideias agambenianas¹ ficaram circunscritas aos departamentos universitários e suas tentativas de aproximação ao debate político-partidário ou militante rechaçadas como vertente apocalíptica da biopolítica. Interessava a biopolítica de certidão francesa filtrada pelo veio organizativo e institucionalista de Negri², mas nunca o lado cinzento

¹Sem dúvida, o ponto em que as ideias de Agamben mais contribuíram para um diagnóstico, por assim dizer, menos entusiasmado do governo Lula, foi ao ressaltar a dimensão do encarceramento de massa que acompanhou o crescimento econômico e a inclusão social. Durante os anos petistas, o número de encarcerados no sistema prisional chegou a triplicar, devido ao aprofundamento da dita “guerra às drogas” (outro nome para o massacre sistemático da juventude pobre das metrópoles), ao endurecimento da legislação penal e à construção de novas prisões. O conceito de “estado de exceção”, nesse contexto, serviu de instrumento crítico para grupos de contestação do *prisonfare*, junto a movimentos garantistas, humanitários ou abolicionistas. É verdade que, quando o bem nutrido poder judiciário brasileiro voltou-se contra os escândalos dos governos do PT e aliados (Operação Lava Jato), toda essa parafernália crítica foi mobilizada para advogar a inocência do partido, de Dilma e de Lula.

²Na Bolívia evista do vice-presidente Alvaro Linera, o leninismo residual dessa veia negriana se explicitou amplamente, com a subscrição do próprio filósofo, ainda que tenha mantido uma distância prudente do chavismo venezuelano. No Brasil, em que o leninismo se restringe a correntes microscópicas, a veia institucionalista foi privilegiada, permitindo a aproximação de Negri à intelligentsia petista pela via de Spinoza. O conceito de multidão não encontrou espaço depois do início da maré rosada de governos sul-americanos, Curiosamente, de origem boliviana, o enormemente influente René Zavaleta Mercado (1937-

dessa mesma biopolítica, que acentua as descrições agambenianas sobre o funcionamento da sociedade de controle durante o período da “Guerra ao Terror”. Se, para as ideias negrianas, a introdução das novas mídias ampliava as oportunidades de reorganização dos movimentos e mesmo de democratização das instâncias de governo; nas ideias agambenianas não passavam de ainda mais perversos instrumentos do controle. O mesmo léxico biopolítico herdado da ideologia francesa servia a propósitos muito diversos. Por exemplo, Agamben será retomado pelo mesmo Paulo Arantes para rotular o programa Bolsa Família de populismo clientelista e “fórmula mágica”, diante do estado de exceção generalizado de encarceramento de massa e extermínio da juventude pobre e negra. Não passaria de um mecanismo de governamentalidade neoliberal, para pacificar as massas desagregadas. Em entrevista a um grande jornal, outro crítico social de São Paulo, Francisco de Oliveira, foi mais explícito em seu enquadramento conceitual: “o Bolsa-Família é uma criação foucaultiana. Um instrumento de controle, em primeiro lugar” (“A política interna se tornou irrelevante, diz sociólogo”, 2006).

A prova dos nove das ideias consiste em sua capacidade de envolver-se com o movimento, emaranhar-se às lutas, revitalizando-se com elas e a partir delas. A distinção entre a prática teórica dos *nouveaux philosophes* e dos operaístas consiste em que, nos primeiros, a ferocidade crítica contra estalinismos e totalitarismos das esquerdas não está acoplada à análise de composição de classe (Gigi Roggero, “L’operaismo politico italiano; genealogia, storia, método”, 2019). Daí não resta alternativa às viúvas denunciadoras da Esquerda *in genere* do que alinhar-se com o progresso capitalista na sua modalidade contemporânea de neoliberalização precarizante. Passam a operar assim como apêndice

84) já havia teorizado sobre as “muchedumbres abigarradas” a partir das experiências na configuração local, mas suas pesquisas foram relegadas a segundo plano. O próprio Linera, ao chegar à cúpula do governo Evo e encarar a intensa mobilização cosmopolítica dos povos andinos, deriva subitamente para releituras de Robespierre, Hegel e Lênin. A motivação é a de sempre: para enfrentar a Direita. Incidentalmente, sobre tais remanejamentos da teoria plasmada pelas ideias italianas na Bolívia e no Equador, ver: Salvador Schavelzon, “Plurinacionalidad y Vivir Bien/Buen Vivir” (2015).

ao predomínio da ideologia liberal, humanista e multicultural, e não por acaso tão bem recebidos pelos meios de comunicação do jornalismo intelectual (Glucksmann em Paris como José Guilherme Merquior havia sido no Brasil). Posam de críticos violentos apenas para melhor derivar ao sabor da maré predominante. Já o movimento no-global e o ciclo de lutas aglutinado nos protestos contra as reuniões da OMC visava, diversamente, a contestar o sentido dos ventos predominantes da globalização neoliberal. Criticavam-se as esquerdas, sim, quer pela capitulação diante do consenso social-democrata dos anos 1990, quer pelo desligamento em relação aos antagonismos realmente existentes no corpo social, quer pela obsolescência de métodos de organização de classe, ante as reestruturações capitalistas do final do século passado.

A Diferença Operaísta – ou podemos dizer simplesmente *Diferença Italiana* – está na atribulada ligação entre ruptura e imanência, entre lutas e materialidade da classe em movimento. A escrita ocorre sempre dentro de um campo de forças no qual o intelectual está perigosamente imerso. Escreve não sobre as lutas, como se fosse um objeto para o olhar antropológico, mas a partir delas e para elas. Este estilo de militância pode operar segundo o melhor léxico gramsciano de construções conflitivas de contra hegemonia, como também conforme o léxico operaísta da contrassubjetivação antagonista. Na crítica de Paulo Arantes ao abasileiramento das ideias, a ideologia francesa se resolve num elogio deslumbrado das experiências-limite descentradas. A correção de rumos promovida pelas ideias italianas propicia da experiência descentrada, que é sinal dos tempos neoliberais, a matriz de novos antagonismos, com um diferente regime de funcionamento. Tais novos antagonismos são concomitantes e decorrentes das operações tipicamente neoliberais de reorganização flexível do trabalho, fragmentação dos sujeitos sociais e desagregação dos territórios urbanos. Na conjuntura latino-americana, tais operações extremam a precariedade da infraestrutura de moradia, transporte e saúde pública, levando ao inferno dos serviços prestados à população e a ao achatamento das condições de vida comum. A máquina de governar neoliberal funciona pela captura das autonomias do social, postas para trabalhar na forma da crise permanente. Sim, de fato. Porém o operaísmo assume o dado concreto desta realidade

para lhe pesquisar as fugas e atritos, dentro e contra dos novos processos de subjetivação do trabalhador – imaterial, cognitivo, precarizado, biopolítico, como se queira chamá-lo. Aqui se acha o nervo das ideias italianas em seu *mise-en-scène* no Brasil do século XXI. Ao longo da década de 2000, bloqueada pelas correntes majoritárias do PT e pelas práticas de governo adotadas durante os mandatos em todas as esferas (federal, estadual e municipal), as ideias italianas penetraram na cena militante através do campo do cultural, com apoio aberto do ministério de Gilberto Gil (2003-10), interferindo na formulação de políticas e redes de comunicação alternativa. Como também se infiltraram, de maneira difusa, através das constelações de pequenos movimentos e coletivos derivados dos Fóruns Sociais Mundiais e da agenda no-global em geral. Rádios comunitárias, ocupações urbanas, coletivos indigenistas, movimentos de trabalhadores autônomos das metrópoles, cursinhos pré-vestibulares para pobres e uma cauda longa de microiniciativas passaram se ligar às ideias negrianas, *ao mesmo tempo* em que não renunciavam ao vínculo mais ou menos direto com o PT e as oportunidades abertas pela ampliação das políticas sociais do governo Lula. Portanto, a mesma operação de internalização nas engrenagens do governo dos (agora já velhos) novos movimentos sociais que se intensificou durante a primeira década deste século propiciou, como contra efeito, as condições materiais para estratégias de invenção de novos coletivos. Foram estes últimos dentro do que as ideias italianas mais ganharam consistência e passaram a ser reelaboradas. De um lado, o engrenamento da estrutura de movimentos na estrutura partidária e, a seguir, na própria lógica de governo. Do outro lado, nos poros da governamentalidade, a emergência de novíssimos movimentos. Entre os dois lados, uma zona de claro-escuro na qual interagem estratégias e contra estratégias de autonomização.

Esquemáticamente, as ideias negrianas funcionaram dos dois modos simultaneamente, frequentemente num revezamento pontuado de nuances e sobreposições, sendo preciso descer ao caso concreto para melhor compreender os desdobramentos reais do arranjo. Sem anular o que foi dito, uma tendência despontou a partir da metade da década de 2000, que conferiu ênfase no projeto de desenvolvimento por cima e, aos poucos, foi fechando as ambivalências e valorizando o polo da franca



subordinação dos movimentos à agenda de defesa do governo³. O projeto maior a ser resguardado consistia na inscrição do Brasil na trama geopolítica na forma de uma liderança regional, que aproveitava não só a demanda chinesa por grãos e minérios, como também canais de financiamento alternativos na aliança dos BRICS. Nesse processo, parte das ideias italianas foi sugada para o interior da guerra de posições voltada à manutenção do poder federal (contra a grande mídia, a direita golpista, a quinta coluna à esquerda etc.) e ganhou um caráter ideológica, isto é, *dentro e a favor* – a favor da matriz brasileira de inserção na globalização neoliberal.

Em parte, certa dimensão aceleracionista das ideias negrianas favoreceram o alinhamento ideológico com o projeto de blindagem do governo, para melhor conduzir seu plano de aceleração do crescimento. Na medida em que o comunismo se autoconstrói nos poros do desenvolvimento capitalista, se pode interpretar a necessidade do desenvolvimento como preparação da crise final, precipitando as condições da revolução. Ou seja, um “comunismo do capital” (Negri) que se desdobraria automaticamente a partir da composição técnica. Tal formulação não é nova. Já no período dos embates sobre o governo nacional-desenvolvimentista brasileiro, nos anos 1950, o PCB assumia a tese etapista da revolução burguesa como etapa imprescindível da subsequente revolução socialista. Trazida para a realidade do neodesenvolvimentismo do século XXI, em que a ponta-de-lança do desenvolvimento nacional é realizado por multinacionais com predominante capitalização nas bolsas internacionais, com simbiose entre capital nacional e internacional, industrial e financeiro. Trazida para o presente, o deságio aceleracionista ocorre quando os antagonismos começam a aumentar a fricção em relação ao rolo compressor do desenvolvimento, gerando um entrave ao avanço do novo

³ Dentro da UniNômade, embora na teoria e no discurso se pretendia desenvolver um inter-espço entre movimentos e governos, igualmente conviviam linhas organizativas mais ligadas à organização dos movimentos, inclusive *contra* o governo, com linhas de franca defesa do governo diante das críticas, inclusive críticas esquerdistas (mobilizadas com ideias agambenianas). Os limiares das ambiguidades e a polivalência dos vários nodos entrelaçados pela rede nômade, entre 2003 e 2010, foram objeto de uma (auto)crítica, à luz dos acontecimentos posteriores, que esquematizou duas vertentes: uma de hegemonia, outra de multidão. Conforme [Quando la terra trema - EuroNomade \(http://www.euronomade.info/?p=7884\)](http://www.euronomade.info/?p=7884), já citado.

mercado. É aí que se coloca a tensão entre estratégia e tática, se pensada do ponto de vista privilegiado das lutas.

Quando o governo ia de vento em popa, até pelo menos o ano de 2011, se pode dizer que a conversão de ideias italianas em ideologia se deu quando precisou colocar a defesa do governo como bem maior, em relação aos atritos e conflitos gerados, entendidos sempre como erros táticos, excessos ou desvios a ser retificados. A partir de 2012, quando os ventos mudam e a sustentação política do governo passa a ser esboroada pelos diversos descontentamentos na crise, a ideologia italiana se fecha para assumir a franca defesa de Dilma, Lula, do PT e do próprio governo. A compensação simbólica a esse desligamento em relação aos crescentes antagonismos *contra* Dilma, Lula, o PT e o governo é o sempiterno discurso de refundação do partido e pelo retorno às bases, o que só poderia se dar a partir da esquerda do PT. Em 2013, com a perda súbita do apoio da população ao governo, as preocupações centrais dos ideólogos se tornam sucessivamente defender a reeleição da presidente, defender o governo contra o impeachment e, a seguir, promover a volta de Lula, sempre com os dois olhos voltados ao poder do estado. As ideias italianas aí já se converteram numa variante de ideologia complementar, o diagrama de uma pseudoalternativa (a refundação miraculosa do partido-movimento).

Antonio Negri, em suas visitas ao país de 2016 em diante, fez questão de externalizar a sua escolha política por essa via ideológica e também marcá-la com o selo DOP (Denominazione di Origine Protetta), desautorizando o que, para ele, eram descaminhos perigosos. Afastou-se assim, rápido demais, dos umbrais problemáticos e campos ambivalentes das lutas que àquela altura aconteciam no Brasil da segunda metade da década passada: movimento anticorrupção, apoio social à operação Lava Jato, movimento dos garis no Rio de Janeiro, e o impressionante movimento dos caminhoneiros que, embalados por redes de solidariedade entre os mais pobres, ganharam contornos de greve geral nacional, em maio de 2018.

Em paralelo à ideologia italiana, a dimensão propriamente operaísta das ideias italianas ajudou a impelir na pesquisa de linhas antagonistas junto à subjetivação própria da inclusão social na malha neoliberal, isto é, nas figuras do precarizado empresário de si

e do empreendedorismo social. Num primeiro momento, tal prática teórica prospectiva, para além da zona de conforto dos movimentos já conhecidos, era conciliável com a agenda dos refundadores do partido. Afinal, o desejo de reconstrução do partido-movimento envolvia retornar às bases transformadas pelo neoliberalismo, quiçá para recompor um partido-multidão, auspicando por novas institucionalidades e seus entrecruzamentos entre movimentos e governos⁴. Num segundo momento, na virada para a década de 2010, ficava claro como não havia reconciliação possível com o imperativo de disputar o governo por dentro, pois este posicionava-se cada vez mais contra as lutas e sem espaço para “minorias ideológicas com projetos irreais”. No entanto, tal prospecção rendeu frutos pois permitiu o banho de imersão das ideias na abertura de um novo ciclo de lutas. O correlato brasileiro à Praça Tahrir e ao 15-M ibérico foram as primeiras ocupações de praças e coletivos assembleístas e horizontalistas do curto ciclo de 2011-12, mas que iria desaguar nas manifestações massivas do ano seguinte. A essa altura, as ideias italianas adquiriram velocidade de escape em relação ao sistema gravitacional petista para enredar-se com grupelhos anarquistas e autonomistas.

Escrevi um texto em 2016 a *Commonware* (“I governi progressisti possono sopravvivere al proprio successo?”) em que questiono se, afinal de contas, um governo

⁴Quando o debate sobre a experiência do Podemos ganhou a agenda dos intelectuais de movimento, em 2014-15, houve novamente um rechaço imediato da parte da intelligentsia petista, pois tais novidades já eram velharia. Afinal de contas, o PT já havia sido o Partido-Movimento oriundo de mobilizações de novo tipo, e bastante entrelaçado com a nova composição técnica pós-fordista. Nesse sentido, a tradução do Podemos no Brasil seria reinventar a roda, e o caso aqui deveria ser mesmo defender o “Podemos” possível, ou seja, o governo Dilma. Os desdobramentos seguintes do Podemos (aliança com os socialistas espanhóis, desligamento em relação aos movimentos) mostraram, com efeito, que o Podemos foi uma proposta organizativa partidária mais retrógrada em relação à formação do PT nos anos 1980. Se os anos formativos do PT no final da ditadura envolveram uma crítica direta à razão populista originária, de Vargas a Brizola, em nome do partido-movimento; o Podemos madrilenho pretendeu reeditar o populismo ao modo sofisticado de Ernesto Laclau. Em boa parte, seu acanhamento progressivo atesta ao erro político das opções teóricas do partido. Um bom apanhado dos debates no Brasil envolvendo a via neopopulista e a autonomia do social pode ser encontrado no artigo de Salvador Schavelzon “The making of Podemos: South America, Post-Colonial Populism and Flexible Hegemony” (<https://www.scielo.br/j/nec/i/2015.n103/?section=DOSSI%C3%8A%20PODEMOS>). Na mesma edição da publicação, em 2015, há a entrevista do pesquisador ao estratega do Podemos, Iñigo Errejón. Ver também o meu “[Podemos, tra moltitudine e egemonia. Negri o Laclau?](https://www.inchiestaonline.it/movimenti/bruno-cava-podemos-tra-moltitudine-e-egemonia-negri-o-laclau/)”, 2015 <https://www.inchiestaonline.it/movimenti/bruno-cava-podemos-tra-moltitudine-e-egemonia-negri-o-laclau/> e o comentário afiado por Elia Zaru, em “Autonomia do 'político' e autonomia do 'social'; transcendência e imanência em Negri e Laclau”: 2017, <https://philarchive.org/archive/ZARADQ>

que se pretende transformador não estaria fadado a ser engolido no momento de seu êxito. Portanto, a crise que levaria ao fim do período do PT não seria algo a comemorar. Não deveria ser esperado, do ponto de vista das lutas, que um governo progressista pudesse sobreviver ao próprio sucesso. Eu perguntava: Junho de 2013 não seria a confirmação que, uma vez fomentadas as autonomias sociais, elas aprendessem a andar com os próprios pés, dispensando a seguir a mediação tradicional das burocracias e movimentos ligados ao partido? O fato é que, olhando retrospectivamente, essa análise era ainda complacente demais, pouco atenta aos potenciais socialmente destrutivos despertados pelas políticas de desenvolvimento adotadas sobretudo no segundo mandato de Lula (2007-10) e aprofundadas no período do governo Dilma (2011-16).

Hoje, cinco anos depois, se tem mais visibilidade sobre como o inaceitável não estava somente em desvios, excessos ou na política de alianças do governo, mas em seu núcleo formulador mesmo, nas principais ideias que o nutriam e no modo como executou suas políticas mais estratégicas. Ligado organicamente, por um lado, às maiores empreiteiras da construção civil, a frigoríficos multinacionais e ao complexo minerador extrativista, por outro lado, aos bancos públicos de investimento colocados para financiar as grandes empresas. A ligação dos financiamentos públicos levou a principal multinacional do país (a gigante Odebrecht) à condição de protagonista do escândalo dos *Panamá Papers*. As festas suntuosas dos barões produtivistas do desenvolvimentismo brasileiro em nada deixam a desejar às orgias patrocinadas pelos yuppies de Wall Street, mostrando que o festim do capitalismo não diferencia se o dinheiro é público ou privado. E o fato intolerável foi muito além dos danos provocados pelas garras geopolíticas do subimperialismo brasileiro na América Latina e na África Ocidental (Raúl Zibechi, “Cambiar el mundo desde arriba, los límites del progressismo”, 2016), com suas obras hiper faturadas e alianças com oligarcas familiares e regimes sanguinários.

Para além disso tudo, o projeto de desenvolvimento envolvia desde a aliança tática com as máfias de controle de negócios municipais (do transporte, da coleta do lixo) e com as milícias (esquadrões da morte e cobrança de taxas paraestatais e propinas nos territórios), em metrópoles como Rio de Janeiro e Salvador, até a consolidação de um



esquema de refinanciamento das campanhas partidárias, por meio do desvio sistemático de verba bilionária dos investimentos públicos, como na hidrelétrica Belo Monte, no complexo petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), ou nos estádios padrão FIFA construídos para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016. Em meio à revelação de todos esses escândalos, a ideologia italiana trabalhou para defender o governo como vítima de inimigos poderosos aliados ao capital financeiro internacional ou, no máximo, de seus próprios erros e ingenuidades.

Neste ponto, é preciso dar o braço a torcer que outras ideias italianas, nos antípodas das negrianas, ajudaram a antecipar não as lutas, mas pelo menos a catástrofe no horizonte. Elas foram impulsionadas no começo dos anos 2000 pelo espanto diante da retomada da iniciativa beligerante norte-americana, com a “Guerra ao Terror” e a invasão do Iraque. Numa primeira impressão, a importação brasileira de Agamben pelos departamentos universitários parecia gerar um corpo teórico sem nervo, uma ideologia no sentido da ideologia francesa de Arantes. Decerto sofisticada e inclusive obscura nas conceitualizações, porém paisagística e complementar em relação ao avanço do capitalismo. A título de uma crítica englobante de toda a civilização contemporânea, estava anulada a tensão constitutiva – o estilo *dentro e contra*, marca do operaísmo – que conferia tônus às ideias italianas, retesadas entre composição e decomposição de classe, fragmentação e êxodo, capturas e fugas. Para não arriscar nenhum gesto que pudesse ser interpretado como uma apologia do capitalismo biopolítico, a obra de Agamben era adotada como referência. No entanto, a apologia retornava pela inação, de maneira indireta. Pois nas letras miúdas a dimensão política do agambenismo apontava para um Fora absoluto, que poderia ser facilmente confundível por um raio messiânico ou, de maneira tresloucada, com um ato terrorista, um homem-bomba...

A dialética negativa manejada pelos frankfurtianos já os punha a teorizar sobre a cascata de dessubjetivações que, no totalitarismo administrado das sociedades de massa (ainda que fossem formalmente democracias liberais), conduziria à desagregação derradeira do tecido social. Recepcionando as obras de Robert Kurz no começo da década de 1990, a teoria crítica social brasileira acentuava como, na periferia do capitalismo, o efeito seria

ainda mais avassalador. A tendência de autoextermínio da sociedade capitalista tardia culminaria numa máquina suicidária em que as molas da economia política passam a coincidir com a necropolítica e o trabalho morto suprime o trabalho vivo. Eis aí o pendor tanatopolítico que um filósofo como Paulo Arantes já vinha assinalando a partir de sua leitura dos cursos sobre biopolítica de Foucault, que apareciam um depois do outro na primeira metade dos anos 2000. Evidentemente, o encaixe com os textos agambenianos se deu sem atritos.

Nas sequências de “Homo Sacer”, Agamben extenuava o rol de dessubjetivações da política contemporânea até o ponto-limite da vida nua, fazendo convergir a experiência da democracia biopolítica contemporânea com o campo de concentração e a figura despida de subjetividade do prisioneiro do campo – todos perfilados segundo o paradigma imperante da política ocidental desde a sua origem metafísica, de Péricles a George Bush. Com isso, pelo menos nessa fração de sua obra multifacética, Agamben nos introduz num *mood* que já estamos familiarizados de outros carnavais na história da filosofia. Os diagnósticos em escala monumental de acusação da Metafísica Ocidental, em que nos lançaria nós, os últimos homens, numa situação terminal de niilismo. Ocorre o triunfo do poder soberano, do esquecimento do Ser, do eclipse da Política, o último canto do cisne do pensamento. Como num filme da franquia “Missão Impossível”, o Foucault de Agamben arranca a máscara para revelar... Martin Heidegger. Nenhuma surpresa. Projetado sobre o pano de fundo das ideias italianas, sabemos que o horizonte ontológico heideggeriano conduz-nos, na melhor das hipóteses, às patinadas do *pensiero debole*^{5[2]}.

Feito o giro agambeniano, deve-se reconhecer que a dimensão tanatopolítica do projeto de desenvolvimento encampado pelos governos do PT, em continuidade com a tendência geral de neoliberalização à brasileira que vem da década de 1990, foi subdimensionada ou estritamente desconsiderada pelas análises de composição de classe. Nesse aspecto, é verdade que, pelos motivos equivocados, os agambenianos de qualquer

⁵ Anche se gli ideologi del pensiero debole non si lascerebbero mai trasportare dalla paralizzante paranoia del negazionismo di Agamben e di alcuni suoi epigoni di fronte alle risposte alla pandemia di Covid-19 del biennio 2020-21. Preferiamo qui non segnare *easy points* riguardanti l'autore di *Homo Sacer* e chiudere la necessaria parentesi.



modo tocaram em uma ferida que seria ainda mais esgarçada nos anos PT: o estado de exceção normalizado da violência contra os pobres. Por mais que a narrativa da moda brade pela ascensão do fascismo (só agora...), todos os elementos do encarceramento de massa, do controle miliciano, da militarização dos órgãos policiais e a “guerra às drogas” já eram firmes e fortes nos anos supostamente da esquerda no poder. Tudo para assegurar a paz dos grandes negócios operados por campeões nacionais ou aliados locais. Levando isso em conta, uma constelação de coletivos anarquistas e autonomistas que se entrosou com as ideias italianas ditas apocalípticas (juntando-as às da Escola de Frankfurt), esteve bem sintonizada com dos antagonismos que se multiplicavam no inferno urbano das grandes metrópoles brasileiras. Foi assim que eles puderam – assim como os negrianos do Rio de Janeiro – antecipar o levante da multidão de Junho e contribuir para precipitá-lo.

Para as ideias italianas, Junho de 2013 foi o divisor de águas, momento em que rachas e dissensos se espalharam entre intelectuais, coletivos e militantes. A partir desse acontecimento, as possibilidades de reconciliação com o projeto de refundação do partido-movimento se anularam de vez. Conceitos como multidão ou império passaram a ser rechaçados em todo espectro das esquerdas como inconsequentemente ambíguos e, em última análise, prenunciadores da guinada fascista. A copesquisa e a *inchiesta* implicada foram sucessivamente dificultadas pela polarização ideológica entre direitas e esquerdas. Aqueles atrás de recomposições para além dos dualismos foram lançados numa terra de ninguém narrativa, propenso a ser atingido pelos dois polos. Na universidade, os referentes teóricos de Negri e Agamben se encontram bem estabelecidos em linhas de pesquisa e, de maneira dispersa, seguirão reproduzindo-se segundo os protocolos usuais da tradição acadêmica, sem maiores sobressaltos. No interior do PT, Negri e o negrismo tornaram-se um tipo de curiosidade anacrônica, ainda invocados aqui e ali, porém, às margens do cânone autorizado (em que Gramsci figura). Na prática, as ideias negrianas são enfileiradas aborrecidamente com de outros autores, para reforçar a

advocacia genérica da volta às lutas, ao trabalho de base e aos movimentos – embora já não se saiba mais sobre o que se está referindo. Nos meios militantes e coletivos, as ideias italianas estão simplesmente desaparecendo, como as peças sem encaixe de um quebra-cabeças absurdo.

Nos últimos anos, o desligamento entre ideias e lutas levou à queda generalizada na voltagem conceitual. Sem pontos de tensão interna e impasses irresolvíveis na teoria, o pensamento se desarma, paralisado no viés confirmatório das narrativas disponíveis no mercado de ideologias. É amplo o predomínio da dicotomia eleitoral entre mais pior e menos pior, assim como a reativação dos esquemas formulaicos do anti-imperialismo, das guerras culturais entre identidades e da farofa pseudoconceitual do pós-colonialismo. A confiança na grande família da representação está restaurada naqueles que apostam na organização da transformação social, ao mesmo tempo em que segue desacreditada por boa parte da população, que nutre desconfiança diante da política profissional e das mediações institucionais existentes.

Vivemos numa conjuntura em que não faltam lutas. Há lutas agora e em muitos espaços, onde quer que se olhe. Nenhuma década da história das lutas no Brasil deixou em aberto tantos focos de antagonismo como a década anterior, em cujo prolongamento incandescente nos encontramos. Não temos necessidade de uma doutrina que ensine como lutar, que explique por onde devemos começá-las e onde é melhor que sejam terminadas. Na realidade, essa tarefa de doutrinação realizada pelos pretensos organizadores das lutas deve ser confrontada, pois é parte do problema. O que nos falta são religações com as lutas que acontecem. Retornar aos princípios para resgatar não as lutas, pois estas proliferam. Mas as ideias, sem as quais não sabemos mais o que seja lutar. E o resto é ideologia italiana.



^[1] Peço a licença ao leitor para inaugurar uma *nota bene*, a fim de registrar a ressalva do próprio Arantes. Em vários vídeos no Youtube sobre o livro recém-editado, Arantes ressalta que sua apreensão assumidamente generalizadora do pensamento dito pós-estruturalista não faz justiça ao caso de Michel Foucault no Brasil. O professor do Colégio da França frequentou o país por cinco vezes entre 1965, quando veio prelecionar sobre a obra que estava por lançar, *As Palavras e as Coisas*, e 1976. A recepção não-mediada pela *french theory* se deu em vários departamentos universitários, entre historiadores, psicanalistas e juristas, valendo destacar a influência das ideias foucaultianas na linha evolutiva da medicina social brasileira, inclusive encorpando a proposta do Sistema Único de Saúde (SUS) que, na década seguinte, viria a ser parcialmente contemplada na Constituição de 1988. Ver, como exemplo, “Ensaio sobre Michel Foucault no Brasil. Presença, efeitos, ressonâncias” (2016), de HBC Rodrigues. Outro filósofo francês que mereceria um parêntese específico é Felix Guattari, que veio ao Brasil em 1982 e transitou sobremaneira pelos meios militantes e movimentistas, num momento de efervescência de novas lutas e movimentos, como testemunha o livro assinado por ele e Suely Rolnik, “Micropolítica: Cartografias do Desejo” (1986).

^[2] Embora os ideólogos do *pensiero debole* jamais se deixaram levar pela paranoia paralisante do negacionismo de Agamben e alguns de seus epígonos, diante das respostas à pandemia de covid-19 no biênio 2020-21. Preferimos aqui não marcar *easy points* em relação ao autor de “Homo Sacer” e encerrar o parêntese necessário.